



**22 DE NOVEMBRO DE 2017**

**Quarta-feira**

- CNI DIZ A DIPLOMATAS DE 80 PAÍSES QUE INFLAÇÃO E JUROS BAIXOS VÃO AMPLIAR OPORTUNIDADES NO BRASIL
- EM APRESENTAÇÃO A DIPLOMATAS, CNI MOSTRA DADOS QUE INDICAM FIM DA RECESSÃO
- MINISTRO DISCUTE NOVA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL COM WEF EM SÃO FRANCISCO
- BRASIL PRECISA DESLOCAR CARGA TRIBUTÁRIA DO CONSUMO PARA A RENDA, DIZ RELATOR
- PEQUENOS NEGÓCIOS TÊM DIFICULDADES PARA REFINANCIAR DÍVIDAS TRIBUTÁRIAS
- BNDES NÃO É BABÁ DE MAU EMPRESÁRIO, DIZ PRESIDENTE DO BANCO
- SIMPLES, DESONERAÇÃO DA FOLHA E PSI DEVERIAM ACABAR, DIZ BANCO MUNDIAL
- PLENÁRIO DA CÂMARA CONCLUI VOTAÇÃO DE MP QUE CRIA FUNDO COM RECURSOS DO PAC
- MP DA REFORMA TRABALHISTA JÁ RECEBEU 882 EMENDAS E BATE RECORDE DO CONGRESSO
- CAGED SOFRE MUDANÇAS PARA SE ADAPTAR À REFORMA TRABALHISTA
- CARTEIRA DE TRABALHO DIGITAL AGILIZA SOLICITAÇÃO DE SEGURO-DESEMPREGO
- DEMISSÕES POR REFORMA SÃO BOATOS QUE NÃO SE CONFIRMARÃO, DIZ MINISTRO
- REFORMA DA PREVIDÊNCIA TERÁ NOVO TEXTO, MAS APOIO PARA APROVAR, QUE É BOM, NADA
- MEIRELLES: PRIORIDADE É VOTAR PREVIDÊNCIA E MEDIDAS PARA ORÇAMENTO 2018
- MEIRELLES: REFORMA DA PREVIDÊNCIA É QUESTÃO NUMÉRICA, E NÃO DE OPINIÃO
- CÂMARA AMENIZA ALÍQUOTAS DOS ROYALTIES DA MINERAÇÃO
- GOVERNO ELEITO NO BRASIL TERÁ QUE CONTINUAR AJUSTES FISCAIS, DIZ MOODY'S
- MEIRELLES: RETIRADA DE PROVISÕES PELOS BANCOS DEVE REDUZIR JURO
- É PRECISO REAFIRMAR ALGUMAS 'VERDADES' DA ECONOMIA

- IBOVESPA TEM 3ª ALTA SEGUIDA, COM EXPECTATIVA POR REFORMA DA PREVIDÊNCIA
- VENDA DE CARRO USADO SOBE E ENTIDADE PROJETA FALTA DE ESTOQUE
- FINANCIAMENTOS DE VEÍCULOS CRESCEM 19,9% EM OUTUBRO ANTE OUTUBRO DE 2016, DIZ B3
- RENAULT ANUNCIA RECALL DE TODAS AS UNIDADES DO KWID VENDIDAS NO BRASIL
- ROTA 2030 FARIA CARRO DE LUXO PAGAR MENOS IMPOSTO QUE POPULAR
- CARRO AUTÔNOMO MOVIMENTA EMPRESAS
- VEÍCULOS LEVES JÁ REÚNEM 3,5 MILHÕES DE CONSORCIADOS
- ANFIR EXPORTA US\$ 4 MILHÕES DURANTE FENATRA
- VALEO COMPRA FTE AUTOMOTIVE, FABRICANTE DE ATUADORES HIDRÁULICOS

CÂMBIO EM 22/11/2017		
	Compra	Venda
<b>Dólar</b>	3,248	3,249
<b>Euro</b>	3,825	3,827

Fonte: BACEN

### CNI diz a diplomatas de 80 países que inflação e juros baixos vão ampliar oportunidades no Brasil

22/11/2017 – Fonte: CNI

**Em VIII Briefing Diplomático, executivos da instituição apresentam a representantes das embaixadas estrangeiras no Brasil indicadores econômicos que mostram o fim da recessão**

O Briefing Diplomático é o principal mecanismo de interação entre o setor industrial e o corpo diplomático em Brasília e ocorre duas vezes ao ano, no primeiro e no segundo semestre, desde 2014.



O Brasil iniciou um processo de recuperação e, apesar do cenário do próximo ano ainda ser de incertezas no cenário político-eleitoral, os principais indicadores da indústria nos últimos seis meses tiveram melhora. Essa é a avaliação do diretor de Políticas e Estratégia da Confederação Nacional da Indústria (CNI), José Augusto Fernandes, que apresentou um panorama da economia brasileira a mais de 100 representantes diplomáticos de 80 países, durante o VIII Briefing Diplomático, nesta terça-feira (21), em Brasília.

“A queda da inflação e a redução dos juros representam uma mudança estrutural importante para o Brasil e, ao persistirem, teremos uma mudança muito forte para o sistema financeiro, com oportunidade para novos players no mercado de crédito. Ao persistir esse cenário benigno, teremos uma revolução no Brasil”, garantiu José Augusto Fernandes.

O diretor da CNI explicou que a economia brasileira teve uma recuperação mais lenta, devido ao elevado grau de endividamento das famílias e das empresas, mas esses dois indicadores também estão melhorando. No momento, disse José Augusto, a taxa de investimento também começa a se recuperar lentamente, principalmente pela elevada capacidade ociosa da indústria.

A CNI também defendeu as reformas para a melhora do ambiente de negócios. “Espero que todos os candidatos a 2018 entendam que se a reforma da Previdência for aprovada nos próximos meses, todos poderão começar seus mandatos discutindo outros temas, num ambiente econômico mais favorável”, disse Fernandes.

O Briefing Diplomático é o principal mecanismo de interação entre o setor industrial e o corpo diplomático em Brasília e ocorre duas vezes ao ano, no primeiro e no segundo semestre, desde 2014.

É a primeira vez, nestes três anos, que todos os indicadores medidos pela Confederação Nacional da Indústria evoluíram de forma favorável entre todas as reuniões, indicando o fim da recessão.

Ainda de acordo com José Augusto Fernandes, a confiança do empresário industrial alcançou 56 pontos em outubro, acima da sua média histórica, a produção industrial parou de cair e teve leve melhora, a inflação está abaixo do esperado, o risco país passou de 289 pontos para 243 pontos, a intenção de investimentos subiu de 46,5 para 49,6 e o desemprego também caiu.

**COMÉRCIO EXTERIOR** – O diretor de Desenvolvimento Industrial da CNI, Carlos Eduardo Abijaodi, afirmou que o Mercosul e a União Europeia estão mais próximas de fecharem um acordo político até o fim do ano.

Segundo o gerente-executivo de Assuntos Internacionais da CNI, Diego Bonomo, o Brasil pela primeira vez, nos últimos 20 anos, está mais dedicado a firmar acordos bilaterais, o que não significa que abandonou a estratégia multilateral. “Somos defensores da Organização Mundial do Comércio”, explica Bonomo.

O Brasil tem se dedicado à integração regional, por meio da revitalização econômica da agenda do Mercosul e aos acordos com os países da Aliança do Pacífico (Chile, Colômbia, Peru e México). Além disso, iniciou as negociações com os países do EFTA (Suíça, Noruega, Islândia e Liechtenstein) e a CNI defende ainda negociações com os países da América Central e com o Canadá. “Vivemos hoje em busca de acesso a mercados”, destacou o gerente da CNI.

**LEI DE IMIGRAÇÃO** – Segundo a Confederação, o Brasil ainda é um país fechado para imigrantes, em especial para mão de obra qualificada.

Dados do governo brasileiro mostram que apenas 0,3% da população é composta por imigrantes, um percentual bem abaixo da média mundial de 20%. Além disso, dos mais de 70 mil vistos concedidos em 2016, apenas 4% foram vistos permanentes.

A CNI defende uma legislação com regras claras, simplificadas e desburocratizadas para estimular a entrada de mão de obra qualificada e de investimento de empresas estrangeiras no país.

Esses profissionais são necessários para ampliar investimentos em ciência, tecnologia e inovação, além de prestação de serviços. Para a instituição, a ideia é somar e não substituir a força de trabalho nacional.

Para isso, a CNI propõe a facilitação de emissão de visto e reconhecimento de diploma para atrair pesquisadores e cientistas, além de profissionais ligados à assistência técnica de bens importados.

A CNI sugere que o empregador que solicitar entrada da mão de obra especializada se responsabilize solidariamente ao exercício profissional do estrangeiro, enquanto o reconhecimento do diploma estiver em curso e que o registro profissional provisório seja aceito até que o registro no conselho profissional seja concedido.

Além da obtenção do visto e do reconhecimento de diploma, os estrangeiros enfrentam demora na emissão do registro nacional de estrangeiros (RNE), carteira de trabalho e previdência social, cadastro de pessoas físicas (CPF), carteira de motorista, processo de prorrogação e transformação de vistos.

### **Em apresentação a diplomatas, CNI mostra dados que indicam fim da recessão**

22/11/2017 – Fonte: Bem Paraná

Pela primeira vez nos últimos três anos todos os indicadores medidos pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) evoluíram de forma favorável, indicando o fim da recessão no Brasil, segundo informou nesta terça-feira (21) o diretor de Políticas e Estratégia da entidade, José Augusto Fernandes.

Os dados foram apresentados nesta terça-feira a mais de 100 representantes diplomáticos de 80 países, que participam do 8ª Briefing Diplomático, um fórum de interação entre o setor industrial e o corpo diplomático em Brasília.

O Briefing Diplomático ocorre duas vezes ao ano, no primeiro e no segundo semestre, desde 2014.

Segundo Fernandes, a confiança do empresário industrial alcançou 56 pontos em outubro, acima da média histórica do indicador; a produção industrial parou de cair e teve leve melhora; a inflação está abaixo do esperado; o risco país passou de 289 pontos para 243 pontos; a intenção de investimentos subiu de 46,5 para 49,6 e o desemprego caiu de 12,4% em setembro deste ano.

A CNI também apresentou aos representantes diplomáticos a posição do setor industrial sobre a agenda de reformas propostas pelo governo, países prioritários para negociações internacionais e a regulamentação da Lei de Migração.

### **Ministro discute nova revolução industrial com WEF em São Francisco**

22/11/2017 – Fonte: MDIC

Ministro reforçou a importância da discussão do novo modelo de indústria para o Brasil e das parcerias em curso com o Fórum Econômico Mundial (WEF)

Em busca de ampliar as frentes de conhecimento para a conclusão da Estratégia Nacional para Indústria 4.0, o ministro Marcos Pereira foi recebido, nesta terça-feira (21), no Centro para a 4ª Revolução Industrial, o escritório do Fórum Econômico Mundial (WEF) em São Francisco inaugurado em abril deste ano e que concentra os esforços da organização no Vale do Silício.



Ele foi recebido pelo chefe de Política e Tecnologia, Zvika Krieger, que atuou nos departamentos de Estado (DoS) e de Defesa (DoD) dos Estados Unidos na área de inovação.

O ministro reforçou a importância da discussão deste novo modelo de indústria para o Brasil e das parcerias em curso com o WEF, como o Competitiveness Lab (Laboratório de Competitividade), cujo Conselho Editorial teve início dia 8 de novembro e conta com representantes do governo, do fórum, do setor privado e da academia, e busca estudar detalhadamente os condicionantes da competitividade no ambiente de negócios no País.

Marcos Pereira esteve no ano passado em Genebra (Suíça) com o fundador da organização, professor Klaus Schwab, e representou o governo brasileiro em três edições do fórum, sendo uma em Davos e suas na América Latina. Também foi o principal articulador do governo federal para levar ao Brasil a edição do WEF de 2018. Ele se prepara para ir novamente a Davos em janeiro. O presidente Michel Temer também deve confirmar participação.

### **Nova revolução industrial**

Liderada pelo ministro Marcos Pereira, a construção da política para Indústria 4.0 surge de forma inédita no Brasil com o objetivo de incorporar novas tecnologias (nuvem, Internet das coisas, robótica avançada, inteligência artificial, sistemas sensoriais, entre outros) nos processos produtivos.

Um dos maiores desafios desta nova proposta reside na heterogeneidade do tecido industrial brasileiro, com diferentes níveis de maturidade. O Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços tem buscado desenhar ações pragmáticas e objetivas numa agenda dividida em quatro eixos principais: i) adoção de tecnologias; ii) geração de tecnologias; iii) mercado de trabalho e iv) regras do jogo (regulação).

### **WEF e a regulação**

Para Zvika Krieger, o desenvolvimento da regulação para a 4ª. Revolução Industrial depende da integração e do envolvimento de todas as áreas de governança, em especial os poderes Executivo e Legislativo. Ele destacou o entusiasmo em trabalhar neste processo e disse que pode buscar referências já utilizadas em outros países. "Já trabalhamos com (poderes) legislativos de outros países e podemos trazer para a discussão como procederam".

### **Visita ao Facebook**

Pela manhã, a comitiva liderada pelo ministro Marcos Pereira visitou a sede do Facebook, a maior rede social do mundo também dona do Whatsapp e Instagram, e foi recebida pela chefe de Visitas Políticas, Brenda Tierney. A principal discussão se deu em torno da utilização de dados e da proteção da privacidade.

Marcos Pereira solicitou avaliação da empresa para uma possível parceria na utilização da inteligência de análise de dados da plataforma para a indústria brasileira. A

formalização da proposta será feita pela Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI).

## **Brasil precisa deslocar carga tributária do consumo para a renda, diz relator**

22/11/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



Relator da reforma defende que peso da carga tributária recaia sobre renda, e não sobre consumo

O Brasil precisa deslocar do consumo para a renda o peso dos impostos cobrados, defendeu nesta terça-feira (21) o deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), relator da Comissão Especial da Reforma Tributária.

"O maior programa de inclusão social do Brasil será um sistema tributário justo que tribute menos os mais pobres e amplie o mercado consumidor do Brasil", disse.

A uma plateia de empresários em São Paulo, em evento do Grupo Lide, Hauly ressaltou que o sistema tributário brasileiro concentra riqueza e precisa ser simplificado.

Para tanto, a melhor saída, disse ele, seria a criação de um imposto único, o IVA, que reuniria os tributos de bens e serviços.

Segundo o deputado, a carga tributária bruta de quem ganha até dois salários mínimos fica ao redor de 53,9%, em comparação a 29% pagos por quem ganha mais de 30 salários mínimos.

"É um sistema caótico. Quem pode mais, chora mais", disse ele, ao ressaltar que os países mais desenvolvidos focam a tributação da renda e não do consumo.

### **NÃO DA PARA DEIXAR PARA 2019?**

Hauly disse achar possível que a reforma tributária seja votada até o primeiro trimestre do ano que vem. Segundo ele, o presidente Michel Temer e ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), conhecem a proposição. De acordo com Hauly, Maia sinalizou que se a proposta for apresentada, ele a encaminhará para votação.

O deputado disse ainda que, em conversa com o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), ele perguntou se a ideia não poderia ser deixada para 2019.

O deputado disse que vem reforçando a políticos e governantes que a reforma do sistema tributário não dará "prejuízo eleitoral."

## **Pequenos negócios têm dificuldades para refinar dadas tributárias**

22/11/2017 – Fonte: Contábeis.com

A necessidade de refinar R\$ 23 bilhões de dívidas tributárias acumuladas por 600 mil empresas de menor porte foi destaque no evento promovido pelo Correio para discutir dificuldades do setor.

Debatedores lembraram a importância do segmento para a economia nacional: 57% dos empregos com carteira assinada são mantidos por empreendimentos de menor porte.

Empreender, crescer e vencer. São elementos a povoar o sonho de todo empresário que, mesmo diante das dificuldades do dia a dia, não abandona a meta de alcançar o sucesso.

O desafio está presente, principalmente, na vida dos micro e pequenos empreendedores, que comandam 98% das empresas existentes no Brasil. Diante da importância de discutir medidas para garantir a sustentabilidade desses empreendimentos, o Correio promoveu, na última terça-feira, o seminário Correio Debate — Os Avanços do Sistema Simples Nacional.

No evento, realizado em parceria com a Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e a União Nacional de Entidades do Comércio e Serviço (Unecs), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e o Programa Nacional de Desenvolvimento do Varejo 2016-2018, foram discutidos os maiores desafios para o desenvolvimento do segmento. Um dos principais é a necessidade de refinanciar os mais de R\$ 23 bilhões em dívidas tributárias acumuladas por cerca de 600 mil empresas de pequeno porte durante a recessão.

A criação de um Refis específico para os micro e pequenos empreendimentos pode vingar em nova lei complementar, depois que eles foram excluídos do parcelamento aprovado em outubro para médias e grandes empresas. A Receita Federal explicou que, por se tratar de arrecadação de impostos compartilhada entre os governos federal, estaduais e municipais, é preciso uma medida específica, após negociação com os entes envolvidos.

Lideranças do setor querem incluir a proposta no projeto que institui um cadastro positivo para o segmento, outra demanda apresentada no debate. O presidente Michel Temer manifestou apoio, na semana passada, à criação do cadastro, que deve contribuir para baratear o custo dos empréstimos. “O ideal é que nessa lei complementar tenha um prêmio ou incentivo aos bons pagadores. Vou apoiar”, disse Temer.

### **Custos**

O segmento das micro e pequenas empresas abrange mais de 12,5 milhões de empreendimentos, número quase 10 vezes maior do que o de 1,3 milhão que ingressaram no Simples em sua criação, em 2006. Pesquisa do Sebrae mostra que a maioria, ou 76% dos vinculados ao Simples, considera o sistema simplificado de recolhimento de tributos “bom” ou “ótimo”. Para Guilherme Afif Domingos, presidente do Sebrae, “o Simples pegou, é uma lei viva”.

A sobrevivência e o crescimento do setor é fundamental ao país, ressaltou o presidente do CNDL, Francisco Honório Pinheiro Alves. Afinal, os pequenos empreendimentos são responsáveis por 57% dos empregos formais existentes no país. Por isso, é necessário resolver também outra das grandes dificuldades enfrentadas pelos pequenos empreendedores: a escassez e o alto custo do crédito.

Líderes empresariais e políticos defenderam a existência de um novo tipo de pessoa jurídica — a Empresa Simples de Crédito (ESC). A ideia é abrir espaço a investidores que queiram aplicar capital nessas empresas, destinadas a ofertar empréstimos e financiamentos de longo prazo com juros abaixo da média cobrada pelo sistema bancário.

“Precisamos induzir, produzir, e incentivar o desenvolvimento a partir dessas iniciativas, que já são conhecidas em outros países”, destacou o presidente da CNDL.

O senador José Pimentel (PT-CE), que também participou dos debates, criticou as instituições financeiras pela cobrança de juros maiores para micro e pequenas empresas. "E elas registram índices de inadimplência menor", ressaltou.

### **Rampa de saída**

Outra questão importante é a chamada "rampa de saída", um conjunto de medidas para permitir que as empresas de pequeno porte continuem crescendo sem serem penalizadas com o enquadramento em regras tributárias diferentes do Simples.

Para Francisco Honório, é fundamental criar um ambiente que permita ao micro ou pequenos empresário de hoje ser grande no futuro. "Fui feirante, micro, pequeno, até chegar a médio. Não podemos castrar o sonho dos microempreendedores de crescer. É preciso avançar", ressaltou.

O deputado Izalci Lucas (PSDB-DF) destacou também a necessidade de derrubar a situação que, hoje, gera bitributação sobre pequenos empresários. "Os estados cobram o [ICMS](#) antecipado, antes da comercialização da mercadoria. Depois, as empresas pagam de novo, ao recolher o Simples", explicou, lembrando que o ICMS está embutido na alíquota única. O senador José Pimentel reforçou o argumento: "É verdade que a legislação permite a compensação fiscal, mas o custo de fazer essa contabilidade é tão alto que grande parte dos optantes do Simples não vai atrás, deixa prá lá", lamentou.

### **Ampliação**

Novas categorias profissionais, como pequenos produtores rurais, poderão entrar para o guarda-chuva tributário do Simples Nacional a partir de janeiro de 2018. O teto de faturamento subirá de R\$ 3,6 milhões para R\$ 4,8 milhões anuais.

Segundo o senador José Pimentel (PT-CE), a novidade vai beneficiar cerca de quatro milhões de pessoas que trabalham no campo. "Será muito importante para estimular o agronegócio", disse ele, durante o debate do Correio. "Eles vão poder emitir nota fiscal, o que é um avanço de boas dimensões", comentou.

## **BNDES não é babá de mau empresário, diz presidente do banco**

22/11/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

O BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) não é especializado em "campeãs nacionais" —como eram conhecidas as companhias JBS, Oi e as empresas de Eike Batista— e não é babá de mau empresário, afirmou, nesta terça-feira (21), o presidente do banco de fomento, Paulo Rabello de Castro.

Ele participou de seminário realizado pela Acrefi (associação de instituições de crédito, financiamento e investimento) em São Paulo.

"O banco não deu suporte para nada de errado que campeã A ou B ou C fez, porque dinheiro não tem carimbo, e o banco não é babá de mau empresário, empresário pouco ético", afirmou.



Política de "campeãs nacionais" foi como ficou conhecida a iniciativa do banco e dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff de conceder empréstimos para



empresas de setores estratégicos para transformá-las em multinacionais. Entre as empresas que se beneficiaram estão JBS, Marfrig, Oi e Fibria.

"O banco acompanhou corretamente as inversões que foram feitas por duas ou três dessas empresas que escorregaram na ética de seu comportamento, mas elas entregaram o produto do ponto de vista da aplicação dos recursos ao banco", disse Rabello de Castro.

"Portanto, o banco, que é extremamente diversificado ao longo dos anos, tem uma vocação muito estável em infraestrutura, uma vocação crescente nos investimentos em agricultura, que muitas vezes identificamos como do Banco do Brasil, mas que, na realidade, são investimentos com carimbo do BNDES repassados pelo Banco do Brasil", afirma.

Ao falar sobre a atuação do BNDES, ele afirmou que, o banco, diferentemente do que muito se alega, é bem organizado e é "limpinho".

"Costuma receber seu dinheiro de volta, o que não é pouca coisa no Brasil. O banco ostenta um índice de inadimplência inferior a 2% na saída da maior recessão. Poderia ter sob si o seguinte questionamento: 'que diabo de banco de desenvolvimento é esse que não consegue nem ter uma inadimplência razoavelmente alta ao fim de um período onde praticamente o setor produtivo se matou?'" , destacou.

Ele também afirmou que, embora os desembolsos do banco tenham caído neste ano —20% até setembro, para R\$ 50 bilhões—, o BNDES voltará a emprestar em 2018.

A estimativa do presidente do banco de fomento é que os desembolsos cheguem a R\$ 100 bilhões no próximo ano, o que representaria um crescimento de cerca de 30% de acordo com a projeção de Rabello de Castro de que o banco emprestará cerca de R\$ 75 bilhões neste ano.

### **Simples, desoneração da folha e PSI deveriam acabar, diz Banco Mundial**

22/11/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

Para o Banco Mundial, programas como o Simples Nacional, a Zona Franca de Manaus, o Inovar Auto, o Programa de Sustentação de Investimentos (PSI) e a desoneração da folha de pagamentos não aumentaram a eficiência da economia brasileira.

Para o Banco Mundial, programas como o Simples Nacional, a Zona Franca de Manaus, o Inovar Auto, o Programa de Sustentação de Investimentos (PSI) e a desoneração da folha de pagamentos não aumentaram a eficiência da economia brasileira. Portanto, sua eliminação não traria prejuízos nesse campo, ao passo que poderia trazer uma economia de 2,03% do Produto Interno Bruto (PIB) para o governo.



"No entanto, a eliminação de programas de apoio às empresas pode ser não realista e não desejada: não realista, pois os grupos de interesse que atualmente se beneficiam do apoio desses programas são poderosos; não desejada, pois através de um projeto melhorado, parte dos recursos públicos alocados para apoiar empresas

pode ser reprogramada para ajudar o setor privado do Brasil a se ajustar e a se tornar mais competitivo”, diz o relatório “Um ajuste justo – propostas para aumentar eficiência e equidade do gasto público no Brasil”, divulgado nesta terça-feira, 21.

Todos esses programas são baseados não em gastos diretos do governo, e sim em descontos ou isenções de impostos, que são tecnicamente classificados como “gastos tributários”.

O nível desses benefícios no Brasil correspondeu a 4,5% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2015, maior do que a média dos 53 países pesquisados. “Mas a maioria dos programas é ineficaz e beneficia empresas estabelecidas e ineficientes em detrimento da produtividade e da geração de empregos.”

Muitos dos programas de apoio a setores da economia jamais tiveram seus resultados avaliados. O relatório diz que o trabalho é dificultado pela resistência da Receita Federal em fornecer dados.

O Simples, diz o relatório, é “caro e potencialmente distorcido”. Estudos não comprovaram que ele tenha ajudado a criar empregos ou no desempenho das empresas. Tampouco há sinais que ele tenha ajudado a formalizar empresas.

Segundo o Banco Mundial, evidências internacionais comprovam que esforços para aplicar a lei dão mais resultado do que estímulos à regularização. Para o relatório, o Simples ajuda a manter as empresas pequenas.

Além disso, boa parte das empresas são, na realidade, profissionais de alta renda que recolhem impostos como empresas.

Criado na esteira da crise de 2008 e 2009, o Programa de Sustentação do Investimento (PSI) “não induziu investimentos ou emprego, nem teve um impacto positivo na produtividade.” No entanto, o programa continuará a pesar sobre as contas públicas. No ano que vem, gerará gastos de 0,4% do PIB. Em 2026, estará em 0,1% do PIB. O relatório chama atenção para estudos segundo os quais o dinheiro do PSI foi investido em outros ativos financeiros, de forma que aumentou o lucro das empresas que o receberam.

Já a desoneração da folha, que o governo agora tenta reverter, conseguiu preservar empregos. Porém, o custo de cada vaga preservada “foi muito alto, superior ao triplo do salário pago ao trabalhador”.

Condenado pela Organização Mundial do Comércio (OMC), o Inovar Auto teve resultados “questionáveis” sobre a produção, a produtividade e o emprego. O estudo compara o desempenho das fábricas de automóveis, beneficiadas com o programa, com o de máquinas agrícolas, que não foram atendidas. Os resultados são semelhantes. A decisão da OMC, diz o relatório, abriu uma oportunidade para buscar uma revisão. “As políticas automotivas deveriam ser menos protecionistas e apoiar a modernização tecnológica.”

## **Plenário da Câmara conclui votação de MP que cria fundo com recursos do PAC**

22/11/2017 – Fonte: Tribuna PR

O plenário da Câmara dos Deputados concluiu nesta noite de terça-feira, 21, a votação dos destaques da Medida Provisória 786, que cria um fundo com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para apoiar a elaboração de projetos de infraestrutura no País, beneficiando principalmente os municípios. A matéria seguirá agora ao Senado.

O fundo proposto na MP é de R\$ 180 milhões e prevê o financiamento da contratação de serviços de análise técnica para viabilizar projetos de concessão e Parcerias Público-Privadas (PPPs). O texto aprovado na comissão especial estabelece até 40% dos recursos do fundo preferencialmente destinados em projetos nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Os deputados aprovaram um destaque que permitiu a inclusão de um representante da Confederação Nacional dos Municípios no conselho de gestão do fundo. Também foi aprovada uma emenda que dá prioridade para Estados que renegociaram suas dívidas a fazer as parcerias.

Os parlamentares, no entanto, rejeitaram destaques que suprimiam do texto a contratação de agente administrador do fundo sem licitação, mas retiraram do texto o sistema simplificado de licitação para PPPs entre R\$ 10 milhões e 30 milhões.

## **MP da reforma trabalhista já recebeu 882 emendas e bate recorde do Congresso**

22/11/2017 – Fonte: Tribuna PR

A reforma trabalhista bateu recorde na mobilização de parlamentares no Congresso Nacional. A Medida Provisória 808 que altera pontos da nova legislação já recebeu quase 900 emendas, novo recorde histórico.

Deputados e senadores da oposição e também da base governista propõem uma série de mudanças que vão desde ajustes na redação do texto até a revogação total da reforma. Entre as emendas, há sugestão de um novo sistema de financiamento sindical e regras para garantir um salário mínimo ao trabalhador intermitente.

Às 20h15 desta terça-feira, último dia para o recebimento de emendas, o sistema do Congresso Nacional registrava 882 emendas à MP 808. A inclusão de emendas é encerrada à meia-noite e o número final de emendas será conhecido na manhã de quarta-feira. Mesmo sem os números fechados, o interesse dos parlamentares já superou a mobilização pela MP 793 – que trata do programa de refinanciamento de dívidas do setor rural – que registrou 745 emendas, o antigo recorde do Congresso Nacional.

Entre as quase 900 emendas, há sugestões radicais como a do senador Paulo Paim (PT-RS), que pede a revogação de toda a reforma e pede o restabelecimento da redação anterior da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) aprovada em 1943.

A maioria das emendas, porém, trata de temas mais pontuais da reforma. Há várias emendas que pedem a volta da exigência do sindicato ou do Ministério do Trabalho no processo de homologação da saída de empregados que trabalharam por mais de um ano. Regra antiga, essa exigência foi derrubada pela reforma que começou a vigorar em 11 de novembro.

Na lista de propostas, há a sugestão de impor carência de 18 meses para um empregado demitido ser recontratado por prazo indeterminado. A MP 808 prevê a regra, mas apenas até 31 de dezembro de 2020. Sobre o trabalho intermitente, várias emendas sugerem permitir o uso de seguro-desemprego, também há emenda que prevê pagamento obrigatório de um salário mínimo para empregados que recebem por hora e a criação de um mecanismo de compensação futura pela contribuição previdenciária eventualmente paga abaixo do mínimo.

Sobre a polêmica incidência das custas processuais para a parte perdedora no processo trabalhista, algumas propostas pedem a liberação desse custo para os trabalhadores beneficiários da justiça gratuita.

Há, ainda, proposta do deputado Paulo Pereira da Silva (SD-SP) de uma alternativa para o financiamento sindical após o fim do imposto que cobrava um dia de trabalho de todos os trabalhadores formais. O deputado, que também é presidente da Força Sindical, propõe a criação da contribuição de negociação coletiva desde que aprovada em assembleia geral da entidade sindical que promover o acordo coletivo.

O deputado argumenta que a contribuição vai "fortalecer sindicatos no desenvolvimento de seus trabalhos em prol dos trabalhadores". Ao lembrar do fim do imposto sindical pela reforma, o deputado argumenta que a nova contribuição negocial "vem em boa hora para repor essas perdas e fortalecer a representação sindical".

### **CAGED Sofre Mudanças Para se Adaptar à Reforma Trabalhista**

22/11/2017 – Fonte: Contábeis.com

Os empregadores que realizarem admissões nas novas modalidades de trabalho criadas pela Reforma Trabalhista (Lei nº. 13.467) no período entre 11/11/2017 e 30/11/2017 ficam desobrigados de informá-las diariamente por meio da CAGED, conforme previsto

Os empregadores que realizarem admissões nas novas modalidades de trabalho criadas pela Reforma Trabalhista (Lei nº. 13.467) no período entre 11/11/2017 e 30/11/2017 ficam desobrigados de informá-las diariamente por meio da CAGED, conforme previsto na Portaria 1.129/2014.

Tais empregadores deverão relacionar todas essas admissões juntamente com o total das movimentações mensais, no período legal de 01 a 07 de dezembro de 2017, utilizando o novo layout do CAGED, já disponível no site do Ministério do Trabalho ou, ainda, pelos aplicativos ACI ou FEC, que serão disponibilizados a partir do dia 01 de dezembro de 2017.

#### **Mudanças no Layout**

Dentre as mudanças destacamos a inclusão do tipo de movimento "Desligamento por Acordo Empregado/Empregador" e de 3 novos campos no layout do CAGED: "Trabalho Intermitente", "Teletrabalho" e "Trabalho Parcial", de acordo com as modalidades previstas na Reforma Trabalhista.

Para mais detalhes sobre o uso destas novas opções acesse o manual de orientações abaixo:

[Novo Manual de Orientações – CAGED](#)  
[Layout Arquivo CAGED Atualizado](#)

### **Carteira de trabalho digital agiliza solicitação de seguro-desemprego**

22/11/2017 – Fonte: Bem Paraná

O governo federal lançou nesta terça-feira (21) o aplicativo "Carteira de trabalho digital", que servirá para os trabalhadores consultarem os dados sobre contratos vigentes ou passados. O documento impresso, contudo, continua a ser o oficial. Pela plataforma, também será possível pedir a primeira ou segunda vias da carteira de trabalho em papel.

O Ministério do Trabalho informou, ainda, que já é possível pedir o seguro-desemprego pela internet (site Emprega Brasil) assim que o trabalhador receber os documentos demissionais. Isso não acaba, contudo, com a necessidade de comparecer a um posto do Sine após o preenchimento do cadastro pela internet.

A medida agilizará o processo, segundo o governo, porque evitará filas e porque o prazo de 30 dias para receber o benefício começará a contar a partir do preenchimento do cadastro na internet, e não após o atendimento presencial.

Pelo aplicativo Sine Fácil, o governo informou que é possível encontrar vagas de emprego e agendar entrevistas, além de acompanhar a situação do benefício do seguro-desemprego. O governo também anunciou que a Escola do Trabalhador oferecerá a partir desta terça 12 cursos e outros 38 serão oferecidos até o fim de 2018.

Os cursos são fruto de uma parceria com a UnB (Universidade de Brasília) e, segundo o Ministério do Trabalho, foram definidos com base em pesquisas e demandas do mercado.

A prioridade dos cursos, que são gratuitos e podem ser acessados pelo site da Escola do Trabalhador, será para os desempregados. BOATOS O ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, chamou, nesta terça (21), de boato o risco de a reforma trabalhista causar demissões em massa no país. Segundo ele, quem falou sobre a possibilidade de perda de direitos e precarização das condições de trabalho com as novas regras trabalhistas "vai ter de se explicar".

Em entrevista à Folha de S.Paulo, o presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Ives Gandra da Silva Martins Filho, disse que é necessário reduzir direitos dos trabalhadores para aumentar o nível de emprego. Na semana passada, o governo editou medida provisória que altera a reforma trabalhista, em vigor desde o dia 11. O texto já recebeu mais de 800 emendas, principalmente de parlamentares da oposição, para alterar a proposta.

### **Demissões por reforma são boatos que não se confirmarão, diz ministro**

22/11/2017 – Fonte: Bem Paraná

O ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, chamou, nesta terça-feira (21), de boato o risco de a reforma trabalhista causar demissões em massa no país. Segundo ele, quem falou sobre a possibilidade de perda de direitos e precarização das condições de trabalho com as novas regras trabalhistas "vai ter de se explicar".

Em entrevista à Folha de S.Paulo, o presidente do TST (Tribunal Superior do Trabalho), Ives Gandra da Silva Martins Filho, disse que é necessário reduzir direitos dos trabalhadores para aumentar o nível de emprego. "Boatos não são fatos. Havia boatos de que haveria perda de direitos com a modernização da legislação trabalhista. Quem falou que haveria perda de direitos vai ter de começar a se explicar. E esses boatos não vão se confirmar", disse Nogueira.

Os críticos da reforma trabalhista dizem que, com a fixação de novas regras, empresas poderão promover demissões em massa para contratar funcionários em novas modalidades de contratação, como o contrato intermitente.

O ministro do Trabalho participou nesta terça (21) do lançamento de iniciativas para melhorar o atendimento dos trabalhadores, no âmbito do programa Emprega Brasil. O governo federal apresentou o aplicativo "Carteira de trabalho digital", que servirá para os trabalhadores consultarem os dados sobre contratos vigentes ou passados.

O documento impresso, contudo, continua a ser o oficial. Pela plataforma, também será possível pedir a primeira ou segunda vias da carteira de trabalho em papel. Pelo aplicativo Sine Fácil, que já existia, o governo informou que é possível encontrar vagas de emprego, agendar entrevistas, além de acompanhar a situação do benefício do seguro-desemprego.

O Ministério do Trabalho informou, ainda, que será possível pedir o seguro-desemprego pela internet (site Emprega Brasil) assim que o trabalhador receber os documentos demissionais. Isso não acaba, contudo, com a necessidade de comparecer a um posto do Sine após o preenchimento do cadastro pela internet.

A medida vai agilizar o processo, segundo o governo, porque evitará filas e o prazo de 30 dias para receber o benefício começará a contar a partir do preenchimento do cadastro na internet e não após o atendimento presencial.

O governo também anunciou que a Escola do Trabalhador oferecerá a partir desta terça (21) 12 cursos e outros 38 serão oferecidos até o fim de 2018. Os cursos são fruto de uma parceria com a UnB (Universidade de Brasília) e, segundo o Ministério do Trabalho, foram definidos com base em pesquisas e demandas do mercado. A prioridade dos cursos, que são gratuitos e podem ser acessados pelo site da Escola do Trabalhador, será para os desempregados.

### **Reforma da Previdência terá novo texto, mas apoio para aprovar, que é bom, nada**

22/11/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

***Presidente Michel Temer promove jantar para parlamentares aliados nesta quarta-feira. No cardápio, o novo texto, mais enxuto, com mudanças nas regras de aposentadoria***



Marcelo Camargo / Agência Brasil

O governo escolheu um daqueles lautos jantares oferecidos pelo presidente Michel Temer no Palácio do Alvorada para apresentar o novo texto, mais enxuto, da **reforma da Previdência**. O relator Arthur Maia (PPS-BA) irá conceder coletiva à imprensa, na frente do palácio, para mostrar e explicar a nova versão da proposta de emenda constitucional (PEC). Dificilmente estarão presentes 308 deputados, número de votos necessários para aprovação no plenário, nesse jantar. Esse é o problema dessa reforma: terá um texto, mas está longe de ter votos.

E já tem líder governista declarando que esse é um tipo de assunto para início de governo, em 2019, e não para o que está saindo. O líder do Democratas, Efraim Filho (PB), foi quem disse que o governo terá dificuldades para aprovar a reforma da Previdência esse ano. Ele está pessimista com a obtenção dos 308 votos para aprovar em dois turnos a PEC neste ano.

"As mudanças no texto vieram para somar, mas não são suficientes ainda para garantir os 308 votos. Tem uma guerra de comunicação e uma engenharia política nesse meio. Só deverá ser votado quando se tiver votos", disse Efraim. "Há uma tese de que medidas como essas devam ser implementadas no primeiro ano do novo governo. No último, há o impacto eleitoral", continuou.

Para o deputado do DEM, mesmo que a Câmara aprove ainda esse ano os dois turnos, a matéria vai encontrar sérias dificuldades no Senado em 2018. Dois terços dos 81 senadores vão perder o mandato no ano que vem.

Em linhas muito gerais o que se conhece até agora do texto de Maia é, basicamente, o que está na propaganda do governo na TV. O mesmo discurso: do fim dos privilégios.

Será mantida idade mínima de 65 anos para os homens e 62 anos para as mulheres. O relator deve apresentar medidas que equiparem regras dos trabalhadores da iniciativa privada e os servidores públicos, entre outros pontos.

A proximidade do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), com Temer – até indicou o novo ministro das Cidades, Alexandre Baldy – não melhorou o otimismo do deputado. Ele continua achando que há sérias dificuldades de aprovação das alterações na Previdência. À rádio CBN, ele voltou a afirmar que o governo está distante de obter os 308 votos. "Está muito longe".

### **IDADE MÍNIMA**

O texto aprovado em maio na comissão especial da PEC define idade mínima para aposentadoria de 62 anos para as mulheres e 65 anos para os homens daqui a 20 anos, com período de transição que começa aos 53 anos para as mulheres e 55 para os homens, aumentando um ano a cada dois anos a partir de 2020.

### **CONTRIBUIÇÃO**

A comissão da Câmara aprovou um aumento, de 15 para 25 anos, na contribuição mínima à Previdência. Mas na versão "light" esse limite tende a ficar nos atuais 15 anos.

### **SERVIDORES**

Na "nova reforma", as regras para aposentadoria dos servidores tendem a ser iguais às do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) para o cálculo de benefícios e para a idade, mantendo a regra de transição estabelecida na PEC aprovada pela comissão da Câmara. Mas a nova legislação deve manter benefícios para os servidores que ingressaram no serviço público até 2003, como o direito aposentadoria integral e paridade (reajustes iguais) com funcionários públicos da ativa.

### **PENSÕES**

Deve haver um limite de acumulação de pensões e aposentadorias. A comissão aprovou que o beneficiário poderia optar pelo benefício de maior valor, ou acumular dois salários mínimos. Mas há pressão para que o acúmulo seja de até três salários, permitindo que a pessoa tenha direito a 100% do maior benefício mais 50% do menor.

### **PROFESSORES E POLICIAIS**

A comissão aprovou idade mínima de 60 anos para professores e de 55 anos para policiais, ambos com 25 anos de contribuição. Mas as regras podem ser diferentes para as mulheres. E a contribuição mínima deve ser menor.

### **AGRICULTORES**

A PEC aprovada pela comissão especial da Câmara elevava de 55 para 57 anos a idade de acesso à aposentadoria rural para as mulheres, mantendo em 60 a dos homens. A tendência na PEC "light" é de que nada mude para os trabalhadores rurais, mantendo as regras atuais (aposentadoria aos 55 e 60 anos, respectivamente).

### **BENEFÍCIO ASSISTENCIAL**

A versão da PEC aprovada na comissão especial da Câmara alterava as regras do Benefício de Prestação Continuada (BPC), elevando de 65 para 68 anos a idade de acesso ao benefício, após período de transição. É possível que na versão "enxuta" da reforma o BPC continue com as regras atuais, sem qualquer mudança.

**Meirelles: prioridade é votar Previdência e medidas para Orçamento 2018**

22/11/2017 – Fonte: Tribuna PR

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse nesta terça-feira, 21, que a prioridade do governo é a aprovação da reforma da Previdência e das medidas que auxiliam o

Orçamento de 2018, mas garantiu que a equipe econômica continua estudando também a reforma Tributária, que deve entrar na agenda a sequência.

“Existe a reforma tributária proposta pelo deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), e outra proposta pela Receita Federal, que é a reforma mais específica do PIS/Cofins. Trabalhamos por uma proposta que possa harmonizar esses trabalhos”, afirmou, em audiência pública conjunta entre diversas comissões da Câmara dos Deputados. “A ideia é votarmos a Previdência e as medidas para orçamento 2018, que são prioridades. Após essas votações, esperamos apresentar reforma tributária”, completou.

O ministro voltou a dizer que o governo tem como prioridade as medidas de redução de despesas para evitar a necessidade de aumentar impostos. “Não há dúvida de que a carga tributária no Brasil é elevada”, afirmou.

Questionado pelos parlamentares sobre a reoneração da folha de pagamentos – que tramita na Câmara – e seus efeitos sobre os cerca de 50 setores que deixarão de ser beneficiados, o ministro argumentou que a desoneração realizada em 2011 causou uma grande queda na arrecadação, mas não entregou o resultado esperado.

Por isso, defendeu ele, a recomposição dessa cobrança sobre a folha de salários será importante para equilibrar os orçamentos dos próximos anos. “A desoneração da folha teve muito custo e pouco resultado”, enfatizou.

Meirelles lembrou que o Teto de Gastos tem como objetivo reduzir os déficits primários até que o País volte a apresentar superávit nas contas públicas. “Com isso, teremos oportunidade de reduzir a carga tributária no futuro. Os próximos governos terão margem para discutir quais impostos fazem mais ou menos sentido”, completou.

Perguntado sobre o projeto de regulamentação de jogos, que pode gerar um acréscimo na arrecadação federal, Meirelles considerou a questão como “complexa”. “Temos pessoas vulneráveis como jovens e idosos que tendem a se viciar no jogo. Não há dúvida que é questão controversa, mas é uma discussão da sociedade”, esquivou-se.

### **Meirelles: reforma da Previdência é questão numérica, e não de opinião**

22/11/2017 – Fonte: Tribuna PR

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, voltou a dizer nesta terça-feira, 21, que a necessidade de uma reforma da Previdência é uma questão numérica, e não de opinião. Ele disse que deve se encontrar nesta terça ou nesta quarta-feira com o relator da reforma, deputado Arthur Maia (PPS-BA), para detalhar a formatação final do novo texto que será levado ao plenário da Câmara.

“O período de transição, a idade mínima e o regime único entre trabalhadores privados e servidores são os pontos fundamentais do substitutivo”, repetiu, em audiência pública conjunta entre diversas comissões da Câmara dos Deputados.

Meirelles lembrou que o Tribunal de Contas da União (TCU) e órgãos internacionais auditaram a Previdência e constataram a existência do déficit. “A reforma da Previdência não pode esperar, é uma questão numérica e não de opinião. Os números são massacrantes: em dez anos, 80% do orçamento irá para Previdência e nem o Congresso terá condições de trabalhar”, completou.

Segundo o ministro, se a reforma da Previdência não for aprovada o País terá que viver com as consequências. “O risco País voltará a crescer ou não? Os juros irão crescer? A recessão irá voltar?”, alertou.



Questionado se o governo errou ao aprovar o Teto de Gastos antes da reforma da Previdência, Meirelles respondeu que o teto foi importante para dar segurança à economia e permitir que inflação e os juros caíssem neste ano.

Perguntado ainda por que os militares ficaram de fora da reforma da Previdência, o ministro respondeu que a previdência das Forças Armadas tem legislação própria e "será atacada no devido momento".

## **Câmara ameniza alíquotas dos royalties da mineração**

22/11/2017 – Fonte: Tribuna PR

Sobre pressão das mineradoras, o plenário da Câmara dos Deputados aprovou na noite desta terça-feira, 21, o texto-base da Medida Provisória (MP) 789 que promove mudanças nos royalties da mineração. O texto aprovado acabou amenizando o aumento das alíquotas que serão cobradas na exploração de minérios.

Prefeitos e vereadores de municípios mineradores, em especial dos Estados do Pará e Minas Gerais, acompanharam a votação na galeria da Câmara. A MP corre o risco de perder a eficácia já na próxima terça-feira, 28, se não for concluída sua tramitação no Congresso Nacional. "Hoje é tudo ou nada", apelou o relator Marcus Pestana (PSDB-MG). Após a votação dos destaques, a MP seguirá para apreciação do Senado.

A proposta aprovada previa inicialmente que fosse aplicada uma alíquota fixa de 4% sobre a produção de minério ferro, por conta da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerários (CFEM). Hoje essa alíquota é de 2% da receita líquida.

Para garantir a votação da matéria, o presidente Rodrigo Maia (DEM-RJ) costurou um acordo para que a alíquota do ferro fechasse em 3,5% da receita bruta, ou seja, menos R\$ 350 milhões por ano aos cofres públicos. Líderes da oposição acusaram as grandes mineradoras e citaram nominalmente a Vale de fazer pressão e "chantagem" de última hora para alterar a alíquota.

Segundo parlamentares, a Vale trabalhou durante o dia para fechar a alíquota em 3%. "É uma tentativa de chantagem por parte das empresas", acusou o líder do PSOL, Glauber Braga (RJ).

Outros líderes sustentaram que ou seria 3,5%, ou não seria mais nada. "Não dá para a gente sair daqui de mãos abanando", disse o líder do PDT, Weverton Rocha (MA).

Para derrubar os 19 destaques propondo alteração no texto, o relator aceitou reduzir a alíquota do ouro de 2% para 1,5% e a dos fertilizantes de 1% para 0,2% para estimular a produção interna. A base de cálculo é a receita bruta menos os impostos.

Na comissão especial, o governo defendia que houvesse uma cobrança gradativa, oscilando entre 2% e 4%, conforme características e portes da exploração. O texto do relator propôs que, em casos de pequenas minas e jazidas de baixo desempenho, conforme critérios técnicos predefinidos, fosse mantida a alíquota fixa de 2%. "Nós acabamos de viver a tragédia de Mariana e devemos ficar de olhos abertos", alertou o relator na tribuna.

A proposta do relator estabelecia primeiramente que 10% das arrecadações da CFEM seriam destinadas a municípios que são diretamente atingidos pela extração mineral, mas que não estão na área da mineração em si, como aqueles que são cortados por ferrovias, por exemplo. No acordo desta noite, o percentual ficou em 15%.

O texto muda a divisão dos royalties. A União, que fica com 12% da arrecadação, passa a ter 10%. Esse valor, pelo texto de Pestana, será dividido em 0,2% para os

licenciamentos do Ibama, 1,8% para o Centro de Tecnologia Mineral (Cetem), 7% para o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e 1% para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Tecnológico.

Os Estados produtores passaram a ter seu percentual de 23% reduzido inicialmente para 20%, mas após acordo entre líderes partidários o valor caiu para 15%. Os municípios onde a mineração ocorre, e que ficavam com 65%, viram a participação cair para 60%.

### **Governo eleito no Brasil terá que continuar ajustes fiscais, diz Moody's**

22/11/2017 – Fonte: Bem Paraná

O governo que sair das eleições de 2018 terá que dar continuidade aos ajustes iniciados pela administração de Michel Temer para melhorar o quadro fiscal do país, afirmou, nesta terça (21), Mauro Leos, responsável por ratings soberanos de América Latina na agência de classificação de risco Moody's.

Em evento em São Paulo, Leos falou sobre a situação fiscal do país, em que a composição dos gastos não permite ao governo flexibilidade para aumentar os investimentos, na avaliação dele.

"A próxima Administração terá que continuar o progresso não apenas em 2019, mas também em 2020, 2021, 2022", afirmou. No caso brasileiro, o endividamento elevado é um problema provocado pela estrutura engessada de gastos, diz. Em 2016, os gastos do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), que paga benefícios a trabalhadores urbanos e rurais do setor privado, representaram 41% das despesas do governo federal.

"Há algumas condições que ajudariam na estabilização da dívida. Nós não precisamos de crescimento, e sim de crescimento sustentado, do teto de gastos e da reforma da Previdência", ressalta. Sobre as eleições de 2018, Leos avalia que, no momento, o Brasil está em uma situação de incerteza política.

"Nesse cenário, você não sabe o que vai acontecer. Na Colômbia, agora, você tem 15 candidatos à Presidência. Então nós não sabemos. Isso é incerteza", afirmou. Já o risco político, complementa, é o que ocorre no México, em que um candidato de esquerda -Andres Manuel Lopez Obrador- lidera as intenções de voto.

"Risco implica a possibilidade de que a perspectiva política represente mudanças em políticas. No México, o candidato de esquerda está liderando as pesquisas e já disse ser contra as reformas. Então se ele chegar no poder, pode retroceder com as reformas", diz.

"No caso do Brasil, há mais incerteza. Você tem os grandes partidos estabelecidos, outros participantes independentes. Temos que levar isso em consideração para, depois, avaliar se há risco político", afirmou Leos. Na Moody's, o Brasil tem rating Ba2, o que situa o país no grau especulativo, ou seja, considerado mau pagador de dívidas.

Segundo Leos, uma equipe da agência vem ao país no primeiro trimestre para reavaliar a situação fiscal brasileira.

"Então nós viremos em março. Veremos os números, como o cenário político está. Vamos nos reunir com nossa divisão local e teremos que tomar uma decisão sobre como vemos o Brasil não só no próximo ano, mas nos próximos anos", afirmou.

## **Meirelles: retirada de provisões pelos bancos deve reduzir juro**

22/11/2017 – Fonte: Tribuna PR

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, explicou nesta terça-feira, 21, que o aumento dos spreads praticados pelos bancos públicos ocorreu devido ao crescimento da inadimplência nos empréstimos durante a recessão.

“As provisões realizadas por esses bancos durante a crise aumentaram os spreads, mas, com a retomada da economia, a retirada de provisões pelos bancos deve gradualmente reduzir os juros”, afirmou, em audiência pública conjunta entre diversas comissões da Câmara dos Deputados.

O ministro lembrou que o Banco Central é o órgão que tem dados específicos sobre juros bancários, mas disse que poderia “aventar possíveis explicações” para essa questão nos bancos públicos.

### **Taxação de fundos exclusivos**

Meirelles defendeu que a taxaço de fundos exclusivos proposta pelo governo é uma forma de se taxar grandes fortunas. “Existem várias maneiras de tributar grandes fortunas.

Uma é o imposto direto usado em alguns países, e outras vão mais longe, como é o caso do que estamos fazendo. Só tem fundo exclusivo quem tem grandes fortunas”, afirmou, em audiência pública conjunta entre diversas comissões da Câmara dos Deputados.

## **É preciso reafirmar algumas 'verdades' da economia**

22/11/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



Há algumas "verdades" que precisam ser reafirmadas permanentemente. A ilusão que domina a ideologia (não o conhecimento empírico) de alguns economistas pode ser extremamente prejudicial ao processo de desenvolvimento robusto, inclusivo e sustentável, que é o quadro necessário, mas não suficiente, para a construção de uma sociedade civilizada. São elas:

- 1) O desenvolvimento econômico de um país como o Brasil, que tem dimensão para sustentar ganhos de escala em muitos setores, depende de uma combinação inteligente de políticas de "substituição de importação" e "expansão da exportação" induzidas por estímulos adequados pelo uso dos "mercados";
- 2) O desenvolvimento é apenas o outro nome da produtividade do trabalho que depende do estoque de capital disponibilizado por unidade de mão de obra capaz de operacionalizá-lo e do "tamanho" do mercado ampliado pela exportação. Em outras palavras, depende da quantidade e qualidade do investimento e da exportação;

- 3) "Qualidade" no investimento significa a existência da preocupação de manter-se no "estado da arte" na tecnologia graças à existência da demanda interna e externa. Na exportação, "qualidade" significa diversificação na oferta (agricultura, indústria e serviços), cuja demanda externa tem evolução muito diferente na expansão da economia mundial e na demanda interna (evitar a dominância de um ou dois compradores).

Esses são princípios gerais que devem organizar a política de exportação que, no Brasil, como em qualquer outro país, estão longe do "curto-prazismo" que recomenda que "se deixem as vantagens comparativas naturais funcionarem" que tudo estará resolvido.

Em primeiro lugar porque, quando há liberdade de movimento de capitais, a taxa de câmbio deixa de ser um preço relativo e transforma-se num ativo financeiro cujo valor depende do diferencial de juros interno e externo e tem pouco a ver com a economia real. Em segundo lugar porque a exportação precisa de outras intervenções, tais como:

- 1) Como a exportação depende da importação, esta, quando destinada a ser insumo da primeira, tem que ser expedita e absolutamente livre da burocracia e de impostos, como foi no velho "draw-back verde-amarelo";
- 2) Nas cadeias longas, o diferencial de juros reais é muito importante na formação dos preços e na competitividade;
- 3) Ninguém exporta imposto ou contribuição como se especializou o Brasil, no delírio produzido por governos autofágicos que "só pensam naquilo": extrair da sociedade enganada a receita para pagar salários e a aposentadoria do seu funcionalismo.
- 4) E a taxa de câmbio? É só mais um detalhe!

(**Antonio Delfim Netto**- Ex-ministro da Fazenda (governos Costa e Silva e Médici), é economista e ex-deputado federal. Professor catedrático na Universidade de São Paulo).

### **Ibovespa tem 3ª alta seguida, com expectativa por reforma da Previdência**

22/11/2017 – Fonte: Reuters

O principal índice acionário da B3 fechou em alta pelo terceiro pregão seguido nesta terça-feira, com o tom positivo na volta do feriado amparado nas articulações do presidente Michel Temer para aprovação da reforma da Previdência, em sessão marcada pelo vencimento de opções sobre ações.

O Ibovespa fechou em alta de 1,58 por cento, a 74.594 pontos. O giro financeiro do pregão somou 13,56 bilhões de reais, já incluindo o vencimento que ocorreu na primeira parte da sessão e somou 3,6 bilhões de reais.

Temer escolheu o deputado Alexandre Baldy, ligado ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), para o Ministério das Cidades e ainda costura para agradar a bancada de deputados do PMDB. As medidas visam angariar apoio para avançar uma versão mais enxuta da reforma da Previdência, vista pelo mercado como necessária para as contas públicas.

“O mercado ficou mais animado com essa possibilidade da reforma ministerial para emplacar a reforma da Previdência. Além disso, com as quedas recentes a bolsa ficou mais barata, abrindo oportunidades de compra”, disse o sócio analista da Eleven Financial Raphael Figueredo.

O exterior mais positivo também ajudou a manter os ganhos. Por volta das 18:20, o S&P 500 subia 0,6 por cento.

## DESTAQUES

- SMILES ON teve valorização de 5,97 por cento, acompanhando a melhora na recomendação para a controladora Gol o que, segundo analistas, pode implicar em menos pressões para a Smiles.
- CEMIG PN avançou 2,86 por cento, após acordo fechado com os principais bancos credores para refinarçar até 4 bilhões de reais em dívidas.
- COSAN ON subiu 1,08 por cento, após sua controladora Cosan Limited informar que iniciará nesta terça-feira uma oferta para recompra de até 200 milhões de dólares de ações ordinárias Classe "A" na Bolsa de Nova York. Na véspera, os papéis subiram quase 9 por cento no mercado norte-americano, após o anúncio da oferta.
- VALE ON subiu 3,43 por cento, em sessão de alta dos contratos futuros do minério de ferro na China. - ITAÚ UNIBANCO PN avançou 2 por cento e BRADESCO PN teve valorização de 2,29 por cento.
- PETROBRAS PN cedeu 0,75 por cento e PETROBRAS ON caiu 0,97 por cento, devolvendo ganhos de mais cedo, após a agência Bloomberg informar que, longe de acordo do governo e a petroleira, o Ministério da Fazenda levará a renegociação da cessão onerosa para a Advocacia Geral da União.
- GOL PN e AZUL PN, que não fazem parte do Ibovespa, subiram 4,93 por cento e 4,75 por cento, respectivamente, após o JP Morgan elevar o preço-alvo para as ações de ambas. No caso da Gol, o novo preço é de 16,50 reais, acima dos 12,50 reais anteriormente, enquanto para a Azul, o novo preço é de 37 reais, ante 35 reais.

## Venda de carro usado sobe e entidade projeta falta de estoque

22/11/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



A quantidade de financiamentos de automóveis usados teve aumento maior que a de novos, aponta a B3.

Os empréstimos para compras de produtos zero quilômetro ficaram estáveis, em 0,8%, e os velhos tiveram alta de 8,2% no acumulado dos dez primeiros meses do ano.

O mercado de segunda mão está no seu terceiro ano de crescimento, e em mais três, a oferta de usados pode estar aquém da demanda, diz Ilídio dos Santos, presidente da Fenauto (federação das revendedoras do segmento).

"O volume que sai das montadoras hoje é 4 milhões menor que era há três anos. A tendência é que esses carros falem no mercado de semi-novos em dois anos."

Pelos cálculos da entidade, o desempenho desse segmento nos meses de novembro e dezembro não vai destoar, e 2017 fechará em 8%.

O preço mais baixo é um dos motivos que explicam mais de financiamentos de usados que de novos automóveis, afirma Marcus Lavorato, superintendente da B3.

"Há recuperação de vendas no segundo semestre. Até a primeira metade deste ano, tivemos uma flutuação: houve meses de alta e de baixa."

Emprego, renda e o índice de confiança são os três fatores influenciam financiamentos de veículos, diz. É o último que apresentou melhora significativa, segundo ele.

Os mercados de carros novos e usados se relacionam, pois parte das compras de automóveis zero quilômetro tem como parcela de pagamento um carro antigo, afirma.  
\*

### **Pequenas descoladas**

A retomada do setor industrial não tem sido igual para empresas de diferentes portes, aponta pesquisa do Simpi (sindicato do setor).

As microempresas, que têm até nove funcionários, não recuperaram a capacidade de contratação como as pequenas, categoria das que possuem até 50 empregados. Os números mostram que o mercado para as maiores indústrias desses segmentos foi melhor, diz Joseph Couri, presidente do sindicato.

"Tem um descolamento das pequenas empresas em relação às micros na ponta do crédito. As menores não conseguem empréstimo em lugar nenhum, e as outras têm acesso a fundos de antecipação de recebíveis."

A tendência para os próximos meses é de estabilização do quadro, mas o dirigente afirma que isso se dá em cima de uma base deteriorada, abaixo dos níveis históricos de faturamento.

\*

## **Financiamentos de veículos crescem 19,9% em outubro ante outubro de 2016, diz B3**

22/11/2017 – Fonte: Tribuna PR

O número de veículos novos que foram comprados por meio de financiamento no Brasil cresceu 19,9% em outubro ante igual mês do ano passado, para 159,7 mil unidades, em soma que considera automóveis, comerciais leves, caminhões, ônibus e motos.

Se o volume é comparado com setembro, a alta é mais tímida, de 5,2%. Os resultados são da B3, que compila dados de todas as instituições financeiras que oferecem crédito para a compra de veículos no País.

Com as unidades financiadas no mês passado, o ano acumula o financiamento de 1,474 milhão de veículos novos. O número representa crescimento de 2,1% em relação a igual período de 2016.

Se somar o mercado de veículos usados ao de novos, os financiamentos apresentam alta de 20,3% em outubro ante igual mês do ano passado, para 450,2 mil unidades. Em relação a setembro, o aumento é de 7,7%.

"Os resultados continuam mostrando sinais de recuperação do setor", disse Marcus Lavorato, superintendente de Relações Institucionais da B3.

### **Modalidades**

Das modalidades de financiamento, o Crédito Direto ao Consumidor (CDC) foi o que mais cresceu em outubro ante outubro do ano passado, a um ritmo de 25%, e representou, no mês passado, 85,1% do total de financiamentos.

As outras duas modalidades principais, consórcio e leasing, tiveram queda de 1% e alta de 8,1%, respectivamente, e corresponderam a 12,9% e 0,9% do total.

## **Renault anuncia recall de todas as unidades do Kwid vendidas no Brasil**

22/11/2017 – Fonte: Bem Paraná

Três meses após sua chegada às lojas, o compacto 1.0 Renault Kwid passa por seu primeiro grande recall no Brasil. Todas as 21,8 mil unidades vendidas no país devem voltar às concessionárias para resolver problemas nos sistemas de freios.

Desses, 16,8 mil também apresentam falhas na linha de combustível.

De acordo com os comunicados divulgados pela marca, os freios podem apresentar trincas que causam travamento das rodas e perda de dirigibilidade. No caso do sistema de combustível, a perfuração de um tubo pode gerar incêndio no cofre do motor.

Os serviços são realizados em até um dia. Os proprietários devem acessar o site da montadora ou ligar para o número 0800 055 5615.

## **Rota 2030 faria carro de luxo pagar menos imposto que popular**

22/11/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



Proposta do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic) para o programa automotivo Rota 2030, em elaboração pelo governo, prevê a concessão de benefício tributário a montadoras de carro de luxo, o que pode fazer com que esses veículos paguem menos imposto do que os populares 1.0.

Pela proposta, montadoras de carros "premium" que se instalaram no Brasil nos últimos anos, que produzem menos de 35 mil veículos anualmente, teriam acesso a um crédito tributário de 14,7% de seu faturamento até 2022.

Estão entre os beneficiários as marcas BMW, Land Rover, Audi, Jaguar e Mercedes.

O crédito faria com que um carro como um Audi A3 Sedan 1.4 flex (R\$ 120 mil) possa pagar proporcionalmente menos imposto que um Fiat Uno 1.0 (R\$ 32 mil), por exemplo.

Isso porque, com o benefício, o primeiro veículo –que deveria pagar 26% de IPI– poderia recolher o equivalente a 11%. Já o segundo, 22%, de acordo com a proposta do ministério.

Procurado pela Folha, o ministério informou que mudou de ideia de conceder benefícios tributários a montadoras de carros de luxo e pretende retirá-la do Rota 2030, devido à resistência encontrada dentro do governo.

O desenho do novo programa de estímulo ao setor automotivo está em discussão entre técnicos dos ministérios da Indústria (Mdic), da Fazenda, das Relações Exteriores e da Casa Civil.

O Rota 2030 deverá substituir o Inovar-Auto, que vence em dezembro e já destinou ao setor, desde 2013, R\$ 6,5 bilhões em descontos de impostos. A previsão é que o novo programa conceda benefícios tributários às empresas no valor de R\$ 1,5 bilhão por ano.

O objetivo, com a mudança, é eliminar o tratamento diferenciado dado a veículos produzidos no Brasil em relação aos importados, que levou o Inovar-Auto a ser condenado pela OMC (Organização Mundial do Comércio).

Fonte ouvida pela Folha afirma que o benefício tributário para as montadoras de luxo seria uma última tentativa de mantê-las no Brasil.

As fabricantes vieram atraídas pelo mercado consumidor, mas também pressionadas pelo acréscimo de 30 pontos percentuais no IPI aplicado sobre os importados.

Atualmente, essas unidades operam abaixo da escala considerada rentável. Algumas estão produzindo menos de mil veículos por ano.

Sem o benefício, a avaliação é que essas empresas deixarão o país. Os críticos do benefício, porém, afirmam que o crédito tributário vai gerar mais distorções, beneficiando consumidores de alto padrão aquisitivo.

A proposta do Mdic mantém ainda as diferenciações de impostos de acordo com a cilindrada e o combustível, numa escala que deve variar de 19% a 40%. Os descontos no imposto para ganhos em eficiência energética e emissões não deverão ter o desenho pronto antes de 2018.

## **Carro autônomo movimentava empresas**

22/11/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



Com montadoras buscando formas de tornar a experiência de condução mais atrativa, empresas de diversos setores correm para ingressar na produção de tecnologias que viabilizem os carros autônomos.

A fabricante japonesa Panasonic foi uma das últimas a anunciar que entraria na disputa, ao informar que lançará seu sistema de condução autônoma de veículos comerciais em 2022.

Fornecedora exclusiva de células de bateria para o Model 3, carro elétrico da americana Tesla, a empresa busca se reinventar com peças automotivas avançadas para escapar da concorrência de preços de smartphones e outros produtos de consumo de baixa margem de lucro.

"Nós sabemos que estamos atrás de nossos rivais. Mas desenvolvemos importantes chips LSI [integração em larga escala] para processamento avançado de imagens e sensores por sonar que nos dão grandes vantagens, usando a experiência que temos com televisores e câmeras", disse Shoichi Goto, diretor da Panasonic.

Goto tem razão. No mesmo dia do anúncio da Panasonic, a fabricante de chips gráficos Nvidia lançou seus primeiros produtos direcionados à computação para veículos autônomos. A terceira geração da linha automotiva Drive PX, apelidada de Pegasus, é formada por chips do tamanho de uma placa de carro, mas com poder de processamento de um datacenter.

Eles podem lidar com 320 trilhões de operações por segundo, potência quase 13 vezes maior que a atual série, melhora considerada pré-condição para desenvolver e testar carros autônomos.



A linha Pegasus estará disponível em meados de 2018 para que montadoras comecem a desenvolver veículos e testem algoritmos de software, disse a Nvidia.

A empresa informou que tem mais de 25 clientes trabalhando em inovações como táxis robóticos e caminhões para longa distância.

As alemãs Deutsche Post DHL, maior empresa de logística e correio do mundo, e ZF, grande fornecedora de peças automotivas, planejam implantar uma frota de caminhões autônomos baseados nos novos chips a partir de 2019, afirmou a Nvidia.

"A Nvidia está um passo à frente. Mas Intel, NXP e Bosch não estão muito atrás", diz Luca De Ambroggi, analista de equipamento eletrônico automotivo da consultoria IHS. Em setembro, a Intel, maior fabricante de chips do mundo, anunciou que colaborou com a Waymo, unidade de direção autônoma da Alphabet (dona do Google), no desenvolvimento de sua plataforma de computador para permitir que carros autônomos processem informações em tempo real.

Também em setembro, a ferramenta chinesa de busca Baidu anunciou a criação de um fundo de US\$ 1,5 bilhão para o desenvolvimento de direção autônoma.

Até a canadense BlackBerry, de smartphones, entrou na briga. Ela firmou uma parceria com a fornecedora de autopeças Delphi Automotive na criação de um sistema operacional de software para carros autônomos.

### Veículos leves já reúnem 3,5 milhões de consorciados

22/11/2017 – Fonte: Automotive Business



O **consórcio** para **veículos leves** já reunia no acumulado até setembro perto de 3,5 milhões de participantes ativos, pessoas que estavam pagando suas parcelas tendo ou não sido contempladas. Esse número é quase 5% maior que o anotado nos mesmos nove meses do ano passado.

No acumulado até setembro, a venda de 827,1 mil novas cotas para leves (automóveis, picapes e utilitários) registrava alta de 14,7% sobre igual período do ano passado. Os números foram divulgados pela Associação Brasileira das Administradoras de Consórcio (Abac).

Chama também a atenção no segmento de leves a alta de 22% no volume de créditos comercializados (R\$ 34,5 bilhões), que resultam do número de novas cotas multiplicado por seus valores. De janeiro a setembro deste ano 405,5 mil consorciados de veículos leves foram contemplados, número 4,8% maior que o registrado nos mesmos nove meses do ano passado.

O consórcio de veículos como um todo, considerando leves, pesados e motos, anotou 1,51 milhão de novas cotas e alta de 6,3%. E setembro foi o melhor mês do ano para os três segmentos, com 192,3 mil novas cotas e alta de 5,5% sobre agosto.

Como os leves, os veículos pesados também registram um bom momento, embora com menor volume. A venda de 41,3 mil novas cotas de pesados implicou crescimento de 15,4%. E o volume de créditos comercializados atingiu R\$ 6,2 bilhões, 25% acima do anotado nos mesmos nove meses do ano passado.

Outro bom indicativo nos pesados foi a alta de 11,7% no tíquete ou valor médio das cotas, que está em R\$ 151,4 mil. No consórcio de pesados entram caminhões, ônibus, semirreboques, máquinas agrícolas e implementos.

## **MOTOS REDUZEM A QUEDA**

De acordo com a Abac, desde abril o setor de motos vem mostrando recuperação nas adesões. No acumulado até setembro foram vendidas 640,1 mil novas cotas, registrando pequena queda de 3,9% ante igual período do ano passado, a menor diferença negativa em relação ao mesmo período de 2016. Como exemplo, no acumulado do primeiro trimestre a queda era de 9,2%.

No entanto, o segmento de duas rodas ainda registra quedas importantes em outros dados analisados. Os participantes ativos estão em 2,2 milhões, 12,8% a menos que nos mesmos nove meses de 2016. E as contemplações, 414,5 mil até setembro, recuaram 15,4%.

## **Anfir exporta US\$ 4 milhões durante Fenatran**

22/11/2017 – Fonte: Automotive Business



A rodada de negócios promovida durante a Fenatran pela Associação Nacional dos Fabricantes de Implementos Rodoviários (Anfir), em conjunto com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), poderá gerar US\$ 4 milhões em exportações.

A estimativa foi feita pela entidade que representa os produtores de implementos. “O total sinaliza o interesse crescente dos empresários estrangeiros pelo produto nacional”, afirma o presidente da Anfir, Alcides Braga.

A rodada ocorrida em outubro durante o salão de transporte de cargas reuniu 16 empresas associadas à Anfir. Os compradores vieram da Bolívia, Colômbia, Equador, México, Panamá, Paraguai, Peru e Uruguai. “Trazer empresários latino-americanos para conhecer nossos produtos foi uma estratégia acertada”, comemora Braga.

A rodada de negócios terá duração de dois anos. É a primeira ação realizada após a renovação do programa de incentivo às exportações feita entre Apex-Brasil e Anfir no fim de setembro.

## **Valeo compra FTE Automotive, fabricante de atuadores hidráulicos**

22/11/2017 – Fonte: Automotive Business

A **Valeo** concluiu a aquisição da fabricante de atuadores hidráulicos FTE Automotive após autorização da Comissão Europeia e da Autoridade da Concorrência da Turquia. A FTE tem portfólio de produtos e base de clientes complementares aos da Valeo. A intenção de compra foi comunicada pela primeira vez em junho do ano passado. O valor final da aquisição não foi informado.

Com a aquisição, a Valeo poderá expandir a sua oferta de atuadores hidráulicos, um

mercado estratégico e de rápido crescimento que se beneficia com o aumento de veículos híbridos e elétricos.

Em 2016 a FTE gerou cerca de € 550 milhões em vendas. A empresa tem 3,8 mil funcionários e uma área de produção diversificada em oito países, incluindo Alemanha, República Tcheca, Eslováquia, México e China.

A aquisição da FTE será acrescentada à margem operacional da Valeo no primeiro ano. "Com essa aquisição a Valeo se posiciona como líder tecnológica no mercado de atuadores, consolidando sua estratégia de redução de emissões de CO2. Essa compra também ajudará a fortalecer o negócio de sistemas de transmissão de energia da Valeo", afirma o presidente e CEO da Valeo, Jacques Aschenbroich.